4 — O sistema de classificação é o constante dos n.ºs 3.1 e 3.2 da parte II do regulamento de avaliação permanente.

5 — Nos termos do n.º 1.6 da parte II do regulamento de avaliação permanente, e sem prejuízo do disposto no n.º 1.5, a não realização do teste determina para os faltosos o início de um novo ciclo de avaliação.

6 — Recomenda-se aos candidatos que compareçam no local de realização da prova com a antecedência suficiente que lhes permita conhecer, através das listas aí afixadas, a distribuição por salas e a estarem presentes com a antecedência mínima de quinze minutos na sala que lhes foi destinada.

7 — Os candidatos deverão identificar-se através do respectivo bilhete de identidade ou do cartão profissional.

8 — A folha de respostas que integra o teste deve ser preenchida utilizando, obrigatoriamente, caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.

9 — É absolutamente interdito, sob pena de exclusão, o uso de meios de comunicação, nomeadamente telefones, *bips* ou computadores.

10 — Na realização do teste, é permitida a utilização de elementos de consulta, com excepção de computadores.

4 de Maio de 2005. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Despacho (extracto) n.º 10 808/2005 (2.ª série). — Delego no chefe de finanças-adjunto de nível 1 Victor Eduardo Gonçalves Fernandes as competências anteriormente delegadas no chefe de finanças-adjunto (em regime de substituição) Manuel Caldas Rodrigues, que foram publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 271, de 18 de Novembro de 2004.

A delegação de competências agora proferida produz efeitos a partir de 15 de Abril de 2005, ficando desde já ratificados todos os actos por si praticados.

21 de Abril de 2005. — O Chefe do Serviço de Finanças de Arcos de Valdevez, *António Vassalo Abreu*.

Rectificação n.º 824/2005. — Por ter saído com inexactidão o aviso (extracto) n.º 3998/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 73, de 14 de Abril de 2005, a p. 6001, rectifica-se que onde se lê «Por despachos da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, e do director do Instituto das Artes de 22 de Fevereiro» deve ler-se «Por despachos da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, e do director-geral dos Registos e do Notariado de 22 de Fevereiro».

3 de Maio de 2005. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Rectificação n.º 825/2005. — Por ter saído com inexactidão o aviso (extracto) n.º 2760/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54, de 17 de Março de 2005, a p. 4265, relativo a Maria da Conceição Silva Cotrim Alves, rectifica-se que onde se lê «assistente administrativo, escalão 2, índice 199» deve ler-se «assistente administrativo, escalão 1, índice 199».

3 de Maio de 2005. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Instituto de Gestão do Crédito Público

Aviso n.º 5014/2005 (2.ª série). — De harmonia com o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 1/94, de 4 de Janeiro, dá-se conhecimento público aos portadores interessados de que a taxa média a vigorar no mês de Maio de 2005 é de 1,584 20 %, a qual multiplicada pelo factor 1,10 é de 1,742 62 %.

27 de Abril de 2005. — O Vogal do Conselho de Administração, *Pontes Correia*.

Aviso n.º 5015/2005 (2.ª série). — De harmonia com o disposto na parte final do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 125/92, de 3 de Julho, dá-se conhecimento público aos portadores interessados de que a taxa de juro para o mês de Maio de 2005, já multiplicada pelo factor 0,96, é de 1,520 83 %.

27 de Abril de 2005. — O Vogal do Conselho de Administração, *Pontes Correia*.

Instituto de Informática

Aviso n.º 5016/2005 (2.ª série). — Por despacho do presidente do conselho de direcção de 28 de Abril de 2005:

Pedro Alexandre Gregório Pinto, especialista de informática do grau 1, nível 2, do quadro de pessoal do Instituto Politécnico de Portalegre — transferido para a mesma categoria, para o quadro de pessoal deste Instituto, com efeitos a partir de 1 de Maio, ficando simultaneamente exonerado do lugar de origem. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

29 de Abril de 2005. — O Chefe de Divisão de Administração de Pessoal, *Luís Alberto Fernandes Costa*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 10 809/2005 (2.ª série). — Considerando que:

- 1) A formação académica e militar dos quadros das Forças Armadas é uma prioridade que deve acompanhar a evolução científica e tecnológica, as alterações na estrutura do sistema internacional e a renovação do quadro das missões militares;
- 2) O predomínio da informação e a sua transformação em conhecimento, o impacte crescente das tecnologias de ponta em matéria de armamento e, sobretudo, a importância e complexidade das operações militares conjuntas e combinadas impõem mudanças determinantes na formação dos quadros das Forças Armadas dos países ocidentais;
- 3) Os novos factores de conflitualidade reforçam a ideia de segurança colectiva e cooperativa no quadro de alianças e organizações internacionais de segurança e defesa, na qual a cooperação inter-ramos tem especial acuidade, tanto ao nível nacional como internacional;
- 4) A relevância das operações militares de natureza conjunta e combinada recomenda, por outro lado, a criação de órgãos conjuntos e uma maior normalização da doutrina, instrução e treino, maximizando as oportunidades de formação comum e conhecimento recíproco dos oficiais das Forças Armadas;
- 5) Importa dar o impulso decisivo a uma reforma necessária e já objecto de trabalhos de preparação iniciados em anteriores legislaturas;
- 6) Assim, se entende, por isso, que a criação de um único Instituto de Altos Estudos das Forças Armadas e, posteriormente, a integração do ensino superior militar numa estrutura universitária única promoverão maior eficácia no emprego conjunto das forças militares, permitirão institucionalizar e reforçar a cooperação inter-ramos e promover o desenvolvimento de cursos para atribuição de graus académicos que correspondam às exigências que actualmente se colocam às Forças Armadas;
- 7) No sentido de preparar e acompanhar a integração do ensino superior militar, é necessário criar uma estrutura vocacionada para elaborar estudos, orientações e propostas que possibilitem a adopção das medidas necessárias por parte do Ministro da Defesa Nacional:

determino:

1 — A criação do Conselho Coordenador do Ensino Superior Militar (doravante designado por CCESM), a funcionar na dependência directa do Ministro da Defesa Nacional.

2 — O CCESM será composto pelos seguintes elementos:

- a) Um presidente, cuja função será desempenhada pelo tenente-general (res.) José Eduardo Martinho Garcia Leandro, que, para o efeito, é nomeado pelo presente despacho;
- b) O director-geral de Pessoal e Recrutamento Militar;
- c) O director do Instituto Superior Naval de Guerra;
- d) O director do Instituto de Altos Estudos Militares;
- e) O director do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea;
- f) O comandante da Escola Naval;
- g) O comandante da Academia Militar;
- h) O comandante da Academia da Força Aérea;
- i) O director da Escola do Serviço de Saúde Militar;
- j) Os responsáveis dos estabelecimentos militares de ensino superior politécnico, quando a respectiva direcção não for assegurada, em acumulação, pelos directores dos estabelecimentos de ensino superior universitário.

3 — O CCESM deverá apresentar ao Ministro da Defesa Nacional, nos prazos abaixo indicados, um parecer com propostas fundamen-

tadas para a criação do Instituto de Altos Estudos das Forças Armadas, integrando os seguintes aspectos principais:

- Integração dos institutos de altos estudos dos ramos num único Instituto de Altos Estudos das Forças Armadas, adiante designado IAEFA;
- Planos curriculares que prevejam uma estrutura comum para os cursos ministrados no IAEFA;
- Futura integração do IAEFA numa estrutura universitária militar única, a criar posteriormente com base em despacho próprio;
- Abertura de cursos conferentes de graus académicos, em parceria com universidades de prestígio reconhecido, designadamente nas áreas de estudos estratégicos e de segurança, da informação estratégica, da logística, das relações internacionais e da gestão dos recursos para a defesa, bem como a atribuição de graus académicos e do título de agregado, aquando da integração na estrutura universitária única atrás referida;
- Instalação da sede do futuro IAEFA em Lisboa, nas actuais infra-estruturas do Instituto de Altos Estudos Militares.

4 — A proposta consagrando o estabelecido na alínea *a*) do número anterior bem como o projecto de diploma para a criação do IAEFA e extinção do Instituto Superior Naval de Guerra, do Instituto de Altos Estudos Militares e do Instituto de Altos Estudos da Força Aérea, deverão ser apresentados até ao dia 31 de Maio de 2005, por forma a garantir o início do funcionamento do IAEFA no ano lectivo 2005-2006.

5 — A proposta consagrando o estabelecido na alínea *b*) do n.º 3 deverá ser apresentada até ao dia 15 de Julho de 2005.

6 — Para a execução dos trabalhos conducentes às propostas e projecto de diploma a apresentar nos termos dos n.ºs 4 e 5, o CCESM é composto pelos elementos referidos nas alíneas *a*) a *e*) do n.º 2.

7 — Para a prossecução dos objectivos expostos no n.º 3, e tendo em vista uma futura integração do ensino superior militar, compete, nomeadamente, ao CCESM:

- O estudo, o planeamento e a concepção das políticas para o ensino superior militar e bem assim a coordenação, o controlo e a avaliação da execução das políticas aprovadas, tendo como quadro referencial os objectivos específicos do processo de Bolonha e os desenvolvimentos que se vêm verificando no ensino superior militar dos países da União Europeia e da Aliança Atlântica;
- Avaliar permanentemente a relação entre o ensino e as exigências de formação comum das Forças Armadas e as específicas dos ramos;
- Propor ao Ministro da Defesa Nacional as linhas gerais de orientação do ensino superior militar, bem como medidas de coordenação das suas actividades;
- Colaborar na elaboração do orçamento relativo ao ensino superior militar e acompanhar o planeamento e a afectação dos recursos humanos, materiais e financeiros neste sector;
- Emitir parecer sobre as propostas de estatutos;
- Pronunciar-se sobre as propostas de criação, suspensão e extinção de cursos nas componentes científica, tecnológica, cultural e de formação militar;
- Submeter a aprovação do Ministro da Defesa Nacional os critérios orientadores das actualizações e ajustamentos curriculares e estruturais.

8 — O apoio técnico e administrativo que o CCESM necessitar para o desempenho das atribuições fixadas neste despacho é prestado pela Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional.

9 — Este despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

2 de Maio de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Direcção-Geral de Infra-Estruturas

Rectificação n.º 826/2005. — Tendo o despacho n.º 8133/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 74, de 15 de Abril de 2005, sido publicado com várias incorrecções, rectifica-se que, no anexo «*Curriculum vitae*», na parte «Formação académica», onde se lê «Licenciatura em Economia pela UCP (1998)» deve ler-se «Licenciatura em Economia pela UCP (1988)»; onde se lê «Pós-graduação em Direito do Ambiente, parte lectiva, CEJ (1995-1996)»; na parte «formação complementar», onde se lê «várias acções de formação no âmbito do planeamento, ambiente, NBQ e Administração Pública, nomeadamente, o seminário de alta direcção (INA) e NATO

School (SHAPE).» deve ler-se «várias acções de formação no INA e NATO School (SHAPE), no âmbito do planeamento, ambiente, NBQ e Administração Pública, nomeadamente o seminário de alta direcção.», na parte «Outras actividades», onde se lê «Chefiou a delegação portuguesa nas conversações sobre protecção ambiental, no âmbito da cooperação bilateral;» deve ler-se «No âmbito da co-opeação bilateral, chefiou a delegação portuguesa nas conversações sobre protecção ambiental com sete países da Europa Central e do Leste;».

26 de Abril de 2005. — O Director-Geral, *Bernardo Xavier Alabaça*.

Inspeção-Geral da Defesa Nacional

Despacho n.º 10 810/2005 (2.ª série). — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, prevê, no seu artigo 20.º, que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia do 2.º grau seja efectuado de entre funcionários com quatro anos de experiência profissional em carreira para cujo provimento seja legalmente exigível uma licenciatura dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

Considerando que, para o preenchimento do cargo de chefe da Divisão de Estudos, Planeamento e Apoio Técnico (DEPAT), da Inspeção-Geral da Defesa Nacional, foi dado cumprimento ao estabelecido no n.º 1 do artigo 21.º da referida lei e que, terminado o prazo para apresentação das candidaturas, a escolha, conforme o n.º 2 do citado artigo, deverá recair no candidato que, em sede da apreciação das candidaturas, melhor corresponda ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço:

A escolha recaiu no candidato coronel ADMIL Fernando Jorge Teixeira da Fonseca, que reúne os requisitos legais para o exercício de cargos dirigentes e é possuidor de perfil e experiência profissionais adequados, designadamente pela experiência anteriormente adquirida no exercício do cargo a preencher.

Ao abrigo das disposições conjugadas nos artigos 20 e 21.º, n.º 3, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio o coronel ADMIL Fernando Jorge Teixeira da Fonseca chefe da Divisão de Estudos, Planeamento e Apoio Técnico, da Inspeção-Geral da Defesa Nacional — cargo de direcção intermédia de 2.º grau.

Anexa-se nota relativa ao currículo do nomeado.

27 de Abril de 2005. — O Inspector-Geral, *António M. Abrantes Lopes*, vice-almirante.

ANEXO

Curriculum vitae

Dados pessoais:

Nome — Fernando Jorge Teixeira da Fonseca;
Data de nascimento — 13 de Fevereiro de 1954;
Naturalidade — Lamego;
Morada — Rua de Luís Pastor de Macedo, 7, 4.º, A, 1750-155 Lisboa;
E-mail — fjtfonseca@igdn.mdn.gov.pt.

Habilitações literárias — licenciado em Ciências Militares pela Academia Militar, *curriculum* de Administração Militar.

Formação profissional:

1978 — curso de promoção a capitão;
1986/1987 — curso geral de Comando e Estado-Maior.

Outra formação profissional:

1980 — curso de análise funcional; curso de análise orgânica;
1982 — curso de introdução às bases de dados;
1983 — curso de organização e métodos administrativos;
2004 — curso de gestão por objectivos; curso de formação sobre o novo modelo de avaliação do desempenho dos funcionários públicos.

Experiência profissional:

Tendo concluído o curso da Academia Militar em 1974, efectuou o tirocínio na Escola Prática da Administração Militar (EPAM) e ingressou no QP em 1975;

Como subalterno e capitão exerceu funções de instrução e comando na EPAM e funções na área das finanças como chefe de repartição de administração no Centro de Informática dos Estabelecimentos Fabris do Exército e como chefe da Secção de Contabilidade no Centro de Finanças da Região Militar Sul;